



ENEPEX

ENCONTRO DE ENSINO,
PESQUISA E EXTENSÃO

8° ENEPE UFGD • 5° EPEX UEMS

AS FACES DE UMA RELAÇÃO INACABADA: AS RELAÇÕES BRASIL-MÉXICO (2003-2013)

Nicole Figueiredo¹; Prof. Dr. Tomaz Espósito Neto²

Resumo

O presente trabalho objetiva analisar as relações Brasil-México, entre o início do governo Lula (2003-2010) e a administração Dilma (2011-atual). Procura-se compreender os motivos que levaram Brasil e México, apesar das similitudes políticas, econômicas e sociais, a não construírem uma parceria estratégica entre Brasília e a Cidade do México.

Palavras-chave: 1) Política Externa Brasileira; 2) Relações Brasil-México; 3) Comércio Automotivo.

Abstract

This paper aims to explore the relations between Brazil and Mexico from the beginning of Lula's government (2003-2010) and the Rousseff administration (2011-current). It seeks to understand the reasons why Brazil and Mexico, spite of the political, economic and social similarities, not built a strategic partnership between Brasília and Mexico City.

Key-words: 1) Brazilian Foreigner Policy 2) Brazil-México Relations 3) Automotive Trade.

Introdução

¹ Acadêmica de Relações Internacionais da UFGD, Bolsista Iniciação Científica do CNPq, e-mail: nicolefigueiredo@hotmail.com

² Doutor e Professor Orientador da UFGD, e-mail: tomazneto@ufgd.edu.br

Brasil e México são potências regionais com certa influência no continente americano. São considerados “países-chaves” em uma série de temas, como Direitos Humanos e promoção a Democracia. Apesar de suas similitudes políticas, econômicas e sociais, ambos Estados possuem uma relação “cordial” de baixo perfil cooperativo. Isto posto, É objetivo deste artigo examinar as relações brasileiro-mexicanas entre 2003 e 2013.

Com isso, objetiva-se entender as causas do atual estágio das relações Brasil-México, bem como, compreender a atual pauta político-econômica dos países. Por fim, busca-se indicar os setores que se beneficiam das relações brasileiro-mexicanas.

Parte-se da hipótese de que o atual estágio das relações bilaterais se deve, principalmente, aos dois países terem adotado diferentes estratégias internacionais nos anos 90: do lado do México, houve uma maior aproximação dos Estados Unidos, principalmente após a assinatura do NAFTA (Tratado Norte-Americano de Livre Comércio) em 1992. Segundo Guimarães (2013), O Estado mexicano tornou-se então, uma espécie de protetorado econômico dos EUA. Destaca-se que as autoridades mexicanas procuraram reverter parte desta relação, após crise financeira de 2008. Para tanto, o México buscou-se acercar dos demais países americanos e de outras potências médias, além de uma maior aproximação com os 44 países participantes dos 12 Tratados de Livre Comércio que este país somava até o ano de 2012. Com isso espera-se que exista uma redução da dependência mexicana em relação ao seu “grande vizinho do Norte”.

Nessa pesquisa optou-se pelo método histórico-descritivo. Para tanto, foram examinados documentos oficiais disponíveis nos sites brasileiros do Departamento de Atos Internacionais, do Ministério de Desenvolvimento da Indústria e Comércio Exterior, Ministério de Relações Exteriores, chancelaria do México, documentos oficiais brasileiros e mexicanos sobre o tema, dados estatísticos, entrevista com chanceleres mexicanos, entre outros. Além de uma análise bibliográfica selecionada.

O marco teórico escolhido para o desenvolvimento dessa pesquisa é o realismo político de Raymond Aron (2002), e alguns dos preceitos da “Escola Francesa” de relações internacionais, que enfatiza o papel das forças profundas e dos homens de Estado, desta forma busca-se entender fatores

que envolvem um Estado, como condições geográficas, enteses econômicos e financeiros, traços da mentalidade coletiva, entre outros, para se ter um melhor entendimento das ações diplomáticas de um Estado nas relações internacionais (DUROSELLE:RENOUVIN, 1964). Desta forma, foram utilizados estes conceitos, para melhor compreensão da política externa de cada um destes países, projetada no período citado, sem deixar também de analisar o papel das Organizações Internacionais para cada um destes países.

O trabalho é dividido em três partes: a primeira é dedicada a fazer uma breve descrição dos dois países e apresentar suas respectivas linhas de inserção internacional na última década. As relações Brasil-México são tratadas na segunda parte; por último, desenvolve-se um estudo de caso sobre o comércio bilateral, com ênfase no Acordo de Complementação Econômica-55.

1.Uma sucinta descrição do Brasil e do México na última década

Para uma melhor compreensão da relação do Brasil e do México, é necessário entender as características de cada país e as diretrizes de suas respectivas políticas externas a partir da última década.

Primeiramente é necessário reconhecer a importância do Brasil e do México no Sistema interamericano (HOFMEISTER, 2007). Ambos são considerados líderes regionais, o Brasil na América do Sul e o México na América Central (ROSAS, 2008). Isto se deve pelos seguintes fatores: geografia, população e economia.

Brasil e México são os dois maiores países da América Latina. O território brasileiro é de 8.515.767 km² e o território mexicano possui 1.964.375 km², sendo que, são os dois maiores países da América Latina. Ademais, possuem uma vasta população, em grande medida miscigenada pelos séculos de colonização ibero-americanas. O Brasil possui 198,656,019 milhões de habitantes e o México possui uma população de 120,847,477 milhões (BANCO MUNDIAL, 2012). Os dois países são democracias representativas, cujas sociedades enfrentam problemas, como a violência, oriunda das enormes desigualdades econômicas sociais, gerados principalmente pela má distribuição de renda.

São economias em desenvolvimento, pois ambas se industrializaram na metade do século XX com a adoção de estratégias de substituição de importação. Na década de 90, esses Estados adotaram estratégias de liberalização comercial e negociaram diversos acordos comerciais com parceiros regionais. Ademais, ambos são países intermediários que influem na política regional, através de sua diplomacia e economia (FONDEVILA, 2006; ACOSTA ET AL, 2012).

Na visão mexicana, existe a percepção de um maior ganho com uma parceria estratégica com os países do NAFTA do que com relações com países médios, como o Brasil. Apesar de que comprovamos nos anos 2000 e principalmente depois de 2008, que o Brasil se tornou uma das maiores economias emergentes e a maior da América Latina.

1.1 México

A crise da dívida mexicana fez com que o país abandonasse o sistema de substituição de importações e adotasse o modelo liberal, o que foi de fato impulsionado com sua entrada em 1986 no GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio), e marcou o início de sua liberalização comercial.

O México é visto também como um país potencial para ser um novo integrante dos BRICS. Ademais, a população mexicana, em 2007, é de 105 milhões, e a economia mexicana possui um PIB de 1.022 bilhões de dólares neste mesmo ano. Já o Brasil possui um PIB de 1.313 bilhões de dólares e 191 milhões de habitantes (VELLOSO, 2009). Apesar de o território brasileiro ser quatro vezes maior que o mexicano, sua população não chega a ser o dobro da população mexicana. O Brasil é a segunda maior economia da América em relação ao PIB, superando até a economia canadense, e superada apenas pela economia dos Estados Unidos.

Na década seguinte sua liberalização econômica é marcada principalmente por sua entrada no NAFTA em 1994, que lhe gerou uma maior dependência do governo Estadunidense (ROS, 1974), além da assinatura de outros tratados, como o ALADI (Associação Latino-Americana de Integração) e a OMC (Organização Mundial do Comércio). Seguindo ainda a trajetória

mexicana nos anos 90, o país sofre o chamado efeito tequila em 1995, o que o leva a adotar um câmbio mais flexível em 1996 (ARBIX, 2002). A liberalização comercial deste país fez com que o México some atualmente 12 Tratados de Livre Comércio (TLC) com 44 países, além de 9 acordos com países membros da ALADI, e por fim, 28 acordos de promoção e produção recíproca de investimentos. (FAUSTO : HERNANDEZ, 2012)

Além do que já citado, a assinatura do NAFTA foi um fato que marcou a inserção mexicana frente aos demais países, fazendo com que o México passasse a ter uma maior dependência das economias da América do Norte, e que os países deixassem de acreditar na inserção autônoma deste. Mas o que de fato o México afirma, é que tal inserção deste país frente à América do Norte, principalmente o EUA, já estava dada há muitos anos, pois a infraestrutura e a posição geográfica que liga estes países é algo histórico, que faz impossível com que o México não considerasse estes fatores relevantes, que facilitam muito a integração comercial entre os países.

Por outro lado, há quem caracterize o sistema político mexicano como um regime presidencialista autoritário, que é dominado por uma elite governante através do Partido Revolucionário Institucional (PRI), cujo mecanismo eleitoral e de controle político da população trabalhadora e camponesa, e que se tem se mantido no poder desde 1929 até o ano de 2000, regressando ao poder em 2012. Diante disto percebemos que a estratégia de desenvolvimento mexicana seguida até então, tem sido um reflexo dos interesses e dos valores da elite política que controla o país atualmente. Os fatores que contribuíram para um crescimento mais acelerado do México são: a proximidade geográfica dos EUA, no quesito exportação e transferência de tecnologia; os grandes gastos estatais destinados ao desenvolvimento econômico; o controle da inflação por meio de políticas financeiras; e o comportamento exitoso do setor agrícola. (ROS, 1974)

1.2 Brasil

No Estado brasileiro, durante os oito anos de mandato do presidente Lula, o país buscou um fortalecimento do *soft power*³ da política externa do país com a acumulação de prestígio internacional e pelo do reconhecimento externo do Brasil como interlocutor válido para temas globais. Passou a construir uma estratégia diferenciada, seja pela “autonomia pela participação” ou pela “autonomia pela diversificação” (CEPALUNI : VIGEVANI, 2007), focando principalmente em uma inserção Latina Americana, com foco no MERCOSUL. E vem buscando realçar uma inserção autônoma, porém de acordo com os interesses hegemônicos.

Algumas destas iniciativas, como a dos BRICS, frutificaram e contribuíram para que o país passasse a ser visto como um novo “global player” no cenário internacional. O que foi parte essenciais para este governo, além de fatores como: a descoberta do pré-sal, o êxito com que o país enfrentou a crise mundial, a visibilidade que os programas brasileiros de combate à desigualdade e à pobreza tiveram no cenário internacional, além de uma maior estabilidade política e econômica que destacou o Brasil no cenário internacional. Todos estes fatores fizeram com que o chamado, *soft power*, deste país se mostrasse cada vez mais evidente. (RICUPERO, 2010)

Os anos do governo Dilma, são caracterizados por um governo que dá menos atenção à política externa, apesar de não haver grandes mudanças quanto às suas relações bilaterais e multilaterais de um governo ao outro (SARAIVA : VALENÇA, 2012). Além do mais, os dois governantes integram o mesmo partido político, o que contribuiu para que não tenha existido uma maior mudança nas diretrizes seguidas pelo Estado. Diante desta situação, nestes últimos anos, ainda é possível enxergar o Brasil como um país de grande repercussão no cenário internacional. Ainda assim, o país obteve um menor crescimento, no que diz respeito a números do PIB per capita, o que leva a uma menor estabilidade econômica, comparado com os anos anteriores. Além disso, estes fatores geraram uma menor estabilidade política do governo frente à população deste país, aspecto este que foi alvo de diversas manifestações durante os anos referentes à estes último governo.

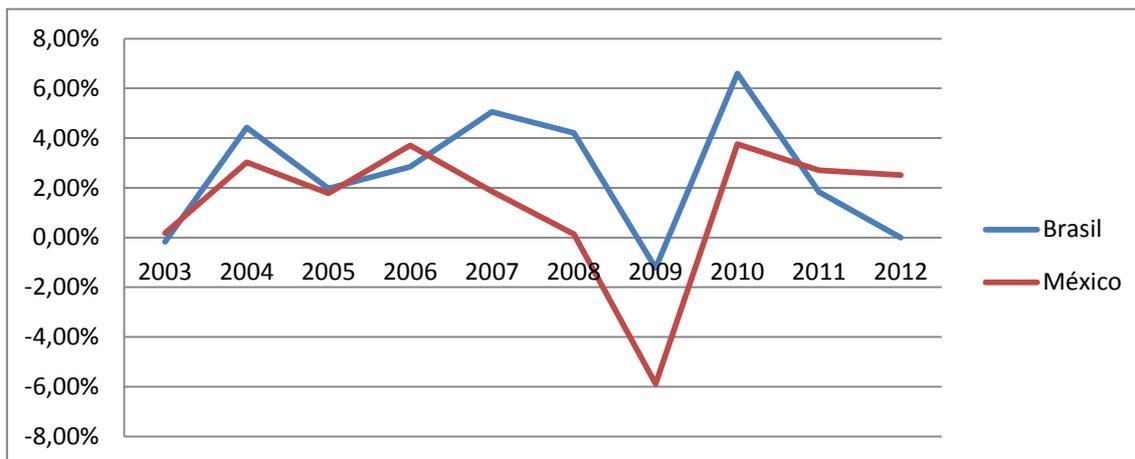
³ O país buscou sustentar sua política externa, por meio da acumulação de prestígio internacional por meio do reconhecimento externo, busca de alianças, acordos e arranjos, preocupação com temas globais, modelos carismáticos e de liderança, entre outros, ou seja, o chamado *soft power*.

No caso do Brasil, é preciso uma análise também da política interna, para entender até que ponto a política externa que está sendo projetada, é uma política externa de Estado, ou do governo. É necessária uma harmonização da política interna com as possibilidades externas, para que o governo possa promover internacionalmente suas prioridades nacionais de acordo com sua percepção dentro do cenário internacional, considerando que a pressão internacional também é um fator importante para que um país mude sua política (OLIVEIRA, 2005).

Neste caso, é necessário que o Estado brasileiro crie maiores condições para que sua sociedade tenha maior influência em sua política externa. Sobre isso, pode-se considerar como fatores relevantes: as grandes potências no cenário, o contexto regional deste Estado, e sua questão de fronteira. Dentro desta percepção, é possível notar que o Brasil tem se distanciado relativamente das grandes potências, fortalecendo mais a relação Sul-Sul, e as relações bilaterais e multilaterais com seus países vizinhos, principalmente os países denominados emergentes, em função de sua questão regional e o lugar que este ocupa no Sistema Internacional (OLIVEIRA, 2005).

Ainda que o México não tenha combatido seus problemas internos com muita eficiência, em 2012, quando o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicava um crescimento brasileiro do Produto Interno Bruto (PIB) de 0,6% no terceiro trimestre, ao mesmo tempo, o México anunciava cifras cinco vezes maior, um crescimento de 3,3% de seu PIB. Neste ano (2012) a economia mexicana cresce 4%, enquanto a brasileira fecha o ano de 2012 com um crescimento de 0,9%. O crescimento mexicano possui grande participação do setor de serviços, que tem ocupado cerca de 60% na formação do PIB mexicano. (FAUSTO : HERNANDEZ, 2012) Os números mexicanos refletem em seu grande crescimento do fluxo comercial. Sobre o crescimento do PIB nestes países, é possível acompanhar no gráfico abaixo o grande declínio brasileiro ocorrido em 2011 e 2012, além de outras oscilações referentes aos acontecimentos mundiais.

Gráfico 1. Crescimento do PIB per capita



Fonte: Banco Mundial

Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), em 2011 o México se encontrava em 16º lugar entre os maiores importadores mundiais, enquanto o Brasil se encontrava em 21º lugar. Já no quesito exportação, no mesmo ano, o México se encontrava em 17º lugar entre os principais exportadores mundiais, e o Brasil em 22º lugar. O que demonstra que o México possui uma economia mais aberta que a do Brasil, possuindo maiores fluxos comerciais. Dentro da América Latina os mexicanos têm liderado o ranking de maiores importações e exportações, e em seguida vem o Brasil. Apesar destes números, internamente o Brasil tem resolvido de forma mais eficaz suas desigualdades e tem logrado uma sensível melhora em sua distribuição de renda.

Entre os principais produtos nos setores de exportação mexicanos, esta a manufatura que chegou a representar 80% de suas exportações em 2011, o que antes correspondia a apenas 25% em 1982. Já ao contrário da manufatura, o petróleo que em 1982 correspondia 70% das exportações mexicanas, hoje corresponde apenas a 17%, o que demonstra que nos últimos 30 anos este país teve grandes mudanças em sua distribuição setorial de exportações. Já no caso das importações mexicanas, são formadas em 85% por produtos intermediários e de bens de consumo. Por outro lado, o Brasil tem tido uma percepção protecionista, de que se deve preservar a indústria, fazendo com que o país feche sua economia principalmente pelo acúmulo de

importações de países industrializados, como a China. (FAUSTO : HERNANDEZ, 2012).

2. As relações Brasil- México na última década.

No que diz respeito à relação bilateral Brasil-México entre os anos de 2003 e 2013, é necessário entender quais os fatores levaram a relação escassa entre os países. Uma hipótese a ser considerada é a inserção internacional entre Brasil e México do pós Guerra Fria. De um lado, após o governo Collor (1990-1992), Brasília buscou uma inserção mais autônoma frente as potências centrais, em especial em relação aos Estados Unidos. De outro, o governo mexicano depois de um monopólio partidário do Partido Revolucionário Institucional (PRI), buscou se aproximar dos Estados Unidos, quando assinou o Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA), e se associou À OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico). Além de adotar uma estratégia de cunho liberal, de acordo com os preceitos do “Consenso de Washington” (ARBIX, 2002).

De acordo com Rosas (2008), estes países possuem uma relação pendular, ora por seus encontros, ora por seus desencontros. O principal motivo são suas “percepções divergentes” vindas das autoridades de ambos os países. De um lado, o Brasil enxerga o México como o principal obstáculo para uma liderança brasileira na América Latina. De outro, o México percebe o Brasil como um importante concorrente comercial (HOFMEISTER, 2007). Isso pode ser percebido mais recentemente, na disputa entre representantes brasileiros e mexicanos pela Direção da Organização Mundial do Comércio (OMC), em que o governo brasileiro foi um dos últimos Estados a se candidatar ao cargo, já sabendo que o candidato mexicano possuía grande influencia dentro da América Latina.

Parte desta competição se deve ao fato de que o México, a partir da assinatura do NAFTA (North American Free Trade Agreement), tem sido um dos principais concorrentes do Brasil no mercado dos Estados Unidos, mas com alguns privilégios, o que acaba por distorcer alguns fluxos comerciais importantes, como a soja. (RIOS, 2004)

Outra visão sobre a relação bilateral destes países é de que desde a independência destes países, os dois Estados reconhecem a importância que estes possuem dentro da América Latina e que são as duas maiores potências da região, mas cada uma possui sua zona de influência e interesses divergentes. É certo que, no século passado com a tentativa de estruturação do CEPAL, houve uma maior tentativa de integração desta região, mas não se pode dizer que o Brasil e o México chegaram um dia a construir uma relação estratégica. Com base nesta visão, pode-se deduzir que estes dois Estados não se distanciaram por uma inserção diferenciada, pois nunca estiveram próximos o suficiente. Além do que, esta diferenciação ocorre de forma natural, sabendo que suas posições geográficas privilegiam a cada um de uma maneira diferente.⁴

É correto afirmar que a relação bilateral entre o Brasil e o México tem se desenvolvido pouco a pouco apesar dos fatos já citados. Mas apenas recentemente, o diálogo mais franco e profícuo entre os dois países começou, em 2008, com a Cúpula da América Latina e do Caribe (CALC) e na constituição da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) em 2010. No entanto, não se pode dizer que essas iniciativas construíram as bases de uma “parceria estratégica” entre Brasil e México, além do que, são fóruns que possuem interesses apenas políticos, e não comerciais (ANYUL ET ALL, 2011; BARRETO, 2012).

Desde então, existiu um aumento dos investimentos de empresas mexicanas, como a Claro, Bimbo, e Del Valle que superaram três bilhões de dólares. Por parte do Brasil houve um aumento em investimentos, principalmente no setor têxtil. É possível observar nos últimos anos, um aumento na cooperação do Brasil em relação ao México, por agências brasileiras de cooperação, por suas chancelarias, por instituições autônomas e especializadas do governo, por instituições não governamentais ou do terceiro setor, com a transferência de tecnologia, como o etanol vindo da cana de açúcar e a retirada de petróleo em águas profundas (ÁVILA, 2009). Já o investimento estrangeiro direto do México no Brasil se encontra em queda, pois

⁴ Entrevista, feita por Nicole Figueiredo, com Dr. Guillermo de J. Palacios y Olivares (Conselheiro para Assuntos Culturais e Educativos da Embaixada do México no Brasil) e Julio César Martínez (Encarregado dos assuntos econômicos da Embaixada do México no Brasil), que aconteceu no dia 09/05/2014 na Embaixada do México em Brasília, Brasil.

em 2007 este valor representava US\$MI 408, e em 2011 este valor passou a ser de US\$MI 297, somando uma queda de 27% (ANÁLISE BRASIL GLOBAL, 2011/2012/2013).

Segundo Batista (2000), as agroindústrias mexicanas tem passado por diversas mudanças, a partir de sua abertura econômica, da desregulamentação e da privatização. A economia destes países é similar e no comércio de muitos produtos são competidores, como frutas, hortaliças, suco de laranja, café, enquanto em outros as economias são complementares, como cita o autor:

A importância dos produtos intensivos em recursos naturais nas exportações brasileiras para o México é revelada mais claramente na participação dessas exportações nas importações mexicanas desses produtos. Verifica-se uma forte concentração de produtos primários (minérios e produtos da agropecuária) e produtos intensivos em recursos naturais (metais, produtos cerâmicos, outras fibras têxteis vegetais, preparações alimentícias, celulose e calçados) nas exportações brasileiras com maior market-share no México. As exceções são os produtos para fotografia, veículos e materiais para vias férreas, produtos químicos inorgânicos, produtos químicos diversos e produtos farmacêuticos. (BATISTA, 2000, p. 46)

Afinal, por que, apesar das suas similitudes, o Brasil e o México não construíram uma "parceria estratégica"?

A resposta para esta pergunta começa no fato de que estes dois países sempre possuíram perspectivas diferentes frente ao cenário internacional, o que sempre fez com que estes tivessem inserções diferenciadas.

Então é possível afirmar que estes dois países não possuem uma "parceria estratégica", ou seja uma relação mais profícua em comparação com seus maiores parceiros, até o momento, apesar de suas similitudes, pois do ponto de vista econômico não tem sido interessante aos dois países obterem uma maior aproximação. Já no que dizem respeito aos fatores políticos, estes dois Estados possuem áreas de influência distintas e inserções diferenciadas historicamente, o que faz com que estes atores não deem preferência um ao outro. Motivos que fazem com que esta relação se desenvolva de forma mais lenta.

Também é possível destacar que apesar de pequena, houve uma aproximação no que se refere à relação bilateral, nos setores da economia, principalmente o setor automotivo, que será abordado adiante, e também no

âmbito político, que possuiu um adendo no primeiro semestre do ano de 2007, a realização da primeira reunião da Comissão Binacional Brasil-México, aonde foram abordados assuntos como: questão política, energética, econômica, comercial e financeira, educação, ciência e tecnologia, cooperação técnica e cultura. Por outro lado, a segunda reunião da Comissão Binacional Brasil-México, que ocorreria no dia 23 de julho de 2009 e que é abordado na Resenha de Política Exterior do Brasil do 1º Semestre de 2009, foi cancelada. O que já não é mais abordado na Resenha do 2º Semestre de 2009, explicando o porquê do cancelamento da Comissão.

Desde que o Brasil obteve uma percepção internacional maior, principalmente pelos BRICS, o Estado mexicano sentiu que seu desenvolvimento passou a ter uma menor projeção internacional, o que vem mudando nos últimos anos, por haver um maior reconhecimento internacional do México frente aos outros países (FAUSTO : HERNANDEZ, 2012). Já que o México, aos poucos deixa de representar uma fonte de instabilidade, passando a visar cada vez mais em sua política externa a expansão por meio de perspectivas autônomas. (SPEKTOR, 2011)

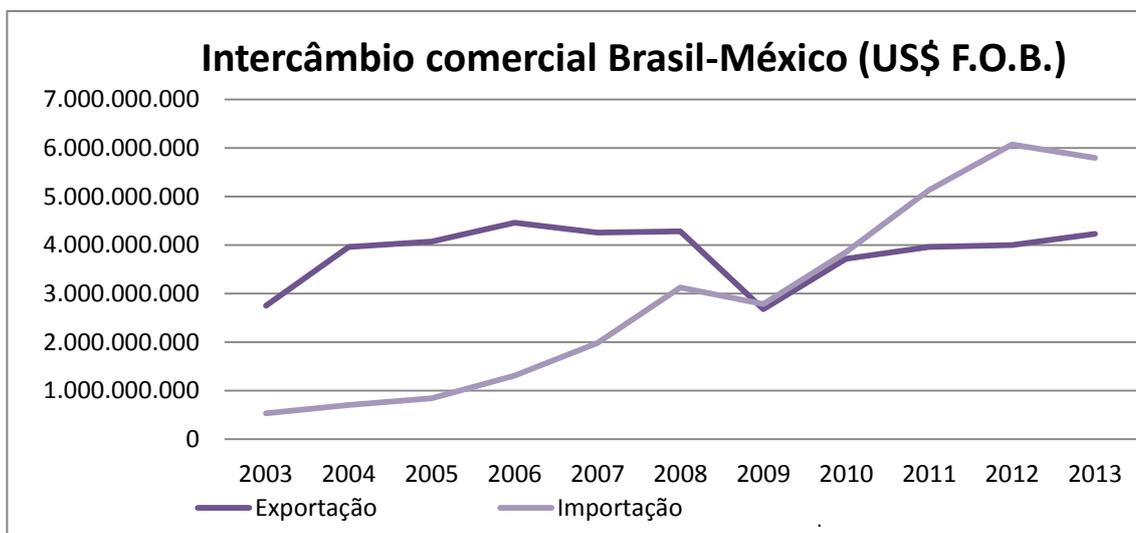
Inclusive na questão ambiental, os dois países apresentam altos níveis de compromisso climático, e ao mesmo tempo não cooperam com a devida profundidade nesta área. Por parte do Brasil há um elevado compromisso pela identidade como potência ambiental, a importância da Amazônia no ciclo global de carbono e uma matriz energética limpa em relação a média global. E por parte do México, há um Compromisso elevado em relação às mudanças climáticas por responder a sua definição como membro da OCDE, o rumo decadente da produção de petróleo e a percepção de ganhos eventuais na transição para uma economia de baixo carbono. Então, de acordo com essas características, a falta de cooperação entre esses países na área do clima obedece principalmente à forma de inserção de cada um deles no sistema internacional: o Brasil como potência ambiental autônoma e o México como ponte entre a OCDE e o mundo emergente. (FRANCHINI, 2013)

Com todos estes fatores é possível evidenciar que estas duas economias são rivais em muitos fatores econômicos, do que complementares em muitos outros (FAUSTO : HERNANDEZ, 2012). Porém após a crise mundial de 2008 e uma descrença com o NAFTA, pelos Estados Unidos ter

começado a investir mais em países da América Central e na China, por produzirem o mesmo por menos, o México começa a mudar a sua inserção e aproximar-se de países da América Latina, vislumbrando também amplas expectativas regionais no MERCOSUL, reorientando assim sua política externa.

Em relação ao intercâmbio comercial entre Brasil e México, segue o gráfico a seguir:

Gráfico 2 Intercâmbio Comercial Brasil-México



Fonte: MDIC; Formulação própria

Quanto aos números, a exportação brasileira para o México em 2010 correspondia a 3.715 bilhões de dólares, o que passou a ser de 4.003 bilhões de dólares em 2012. Já as exportações mexicanas para o Brasil em 2010 eram de 3.858 bilhões de dólares, e em compensação este mesmo número quase dobrou no ano de 2012, passando para 6.075 bilhões de dólares. Ou seja, em 2005 a relação entre estes países gerava um saldo positivo de US\$ BI 3,4 para o Brasil, já em 2012 este valor passou para US\$ BI 2,1 de déficits para o Brasil. É possível então, notar que em dois anos o México aumentou significativamente suas exportações ao Brasil, pelo crescimento do interesse brasileiro em produtos vindos do México, e principalmente pelo ACE-55, mostrando que se tornou mais vantajoso à indústria brasileira automotiva

produzir no México e importar seus produtos, o que faz o governo brasileiro no ano de 2012 peça uma alteração neste acordo.

Segundo Jorge Chami Batista (2000), apesar de tudo a decisão de buscar ou não um acordo comercial com o México depende fundamentalmente de uma estratégia global por parte do Brasil. Uma estratégia defensiva procuraria evitar a concorrência direta que um acordo comercial inevitavelmente estimula. Já uma estratégia mais protecionista consiste com a ideia de que a abertura comercial unilateral brasileira introduziu um grau de concorrência suficiente, e deveria ser pelo menos parcialmente revestida, e que nesse caso não faria sentido buscar um acordo comercial com o México.

À respeito do comércio bilateral entre Brasil e México, o Anexo 1 (gráficos dos dez principais produtos importados e exportados pelo Brasil ao México) nos possibilita uma visão perceptível de que, grande parte dos produtos vindos das exportações e importações deste comércio bilateral, é referente à indústria automobilística, oriundos do Acordo de Complementação Econômica nº 55 celebrado entre o Mercosul e os Estados Unidos Mexicanos (5 de julho de 2002). Sobre este Acordo de Complementação Econômica, que abrange grande parte do comércio bilateral destes países, será abordado a seguir.

3.Acordo de Complementação Econômica-55.

O crescimento que o mercado mexicano tem tido dentro do Brasil (no período entre 2003-2013), se dá principalmente pela assinatura do ACE nº55, que é o acordo de liberalização gradual do comércio automotivo assinado em 2002. Este acordo tem como objetivo o comércio de veículos leves e pesados, caminhões e demais veículos de carga, ônibus, carrocerias e autopeças (MRE). Acontece por meio de um comércio recíproco, com a redução de quantitativos impostos anuais, ou seja, o acordo ocorre por meio de uma gradual diminuição nos números referentes a este comércio, com a intenção de que haja um livre comércio neste setor, entre os dois países em um futuro próximo.

O acordo se deu no período de 2002 a 2007, com um expressivo superávit favorável ao Brasil, no que se refere ao setor automotivo. Nos anos

seguintes, a partir de 2008, as exportações mexicanas neste setor, vindas ao Brasil começam a aumentar de forma significativa, enquanto as exportações brasileiras para o México diminuem no que diz respeito a este mesmo setor, o que faz com que o mercado brasileiro acumule déficits referentes ao comércio bilateral Brasil-México (valor do déficit chega à US\$1,6 bilhões em 2011).

Ou seja, desde sua assinatura o comércio automotivo entre estes países gerou um crescimento de até 200% nas importações brasileiras referentes a estes produtos vindos do México, o que faz com que o governo brasileiro ameace renunciar ao acordo em 2012, retomando assim as negociações com o México no âmbito do ACE-55. Além disso, outros pontos que deixam claro a competição entre estes, são as indústrias automobilísticas, que em sua grande maioria são as mesmas nos dois países. Para ilustrar melhor tal situação, segue alguns números referentes ao comércio bilateral na tabela a seguir:

Tabela 1. Balança comercial da indústria automotiva

Balança comercial da indústria automotiva (auto veículos, autopeças, máquinas agrícolas, máquinas rodoviárias, outros) - 2001/2013 em Milhões de US\$:													
BRASIL / MÉXICO BRAZIL / MEXICO	ANO YEAR	AUTOVEÍCULOS VEHICLES		AUTOPEÇAS ²⁰ AUTOPARTS		MÁQUINAS AGRÍCOLAS AGRICULTURAL MACHINERY		MÁQUINAS RODOVIÁRIAS HIGHWAY CONSTRUCTION MACHINERY		OUTROS ²⁰ OTHERS		TOTAL TOTAL	
		EXPORTAÇÃO EXPORTS	IMPORTAÇÃO IMPORTS	EXPORTAÇÃO EXPORTS	IMPORTAÇÃO IMPORTS	EXPORTAÇÃO EXPORTS	IMPORTAÇÃO IMPORTS	EXPORTAÇÃO EXPORTS	IMPORTAÇÃO IMPORTS	EXPORTAÇÃO EXPORTS	IMPORTAÇÃO IMPORTS	EXPORTAÇÃO EXPORTS	IMPORTAÇÃO IMPORTS
		2001	618,2	82,6	331,9	120,1	10,9	0,2	32,1	0,03	117,0	0,3	1.110,1
2002	880,7	54,8	358,4	116,2	12,2	-	18,2	0,02	81,9	0,1	1.351,4	171,1	
2003	1.193,5	30,9	355,8	119,0	14,9	-	41,6	0,01	65,3	-	1.671,1	149,9	
2004	1.402,5	11,8	518,5	134,3	29,2	0,0	102,1	0,02	81,1	-	2.133,4	146,1	
2005	1.456,8	43,7	662,4	147,4	49,5	-	104,6	0,00	114,0	-	2.387,3	191,1	
2006	1.531,2	337,7	723,6	129,0	46,4	-	127,8	0,05	102,3	0,5	2.531,3	467,3	
2007	1.087,5	548,2	769,1	185,5	81,1	-	106,3	0,08	96,7	0,1	2.140,7	733,9	
2008	818,7	1.038,5	878,9	241,0	110,7	-	203,6	0,12	110,1	0,4	2.122,0	1.280,0	
2009	533,4	947,5	537,8	196,6	60,6	3,8	13,6	2,55	23,9	-	1.169,3	1.150,5	
2010	736,5	1.261,0	929,8	314,0	32,6	8,4	116,8	12,98	24,0	4,3	1.839,7	1.600,5	
2011	526,0	2.072,1	1.115,5	421,7	39,1	12,7	129,0	11,39	33,9	0,0	1.843,4	2.517,9	
2012	434,1	2.629,0	1.123,3	592,3	27,5	37,4	159,3	33,14	7,7	0,1	1.752,0	3.291,9	
2013	456,7	1.978,1	957,6	855,5	24,0	0,0	173,9	21,87	64,0	-	1.676,2	2.855,5	

Fonte: Secex/SDP/MDIC; Formulado por: ANFAVEA.

A partir de 2004 o fluxo comercial entre os dois países aumenta cerca de 20% ao ano graças ao acordo. Crescimento que é interrompido no ano de 2009, pelos efeitos da crise mundial, mas que ao mesmo tempo não impede a volta desse crescimento em 40% (em relação à 2009) no ano de 2010.

Em vista ao grande déficit no setor automotivo, graças ao ACE-55, o Brasil em março de 2012 revisa o tratado automotivo, fazendo com que o mercado mexicano possa exportar apenas US\$ 1,5 bilhão por ano, até o ano de 2015. Ou seja, 60% menos do que os mexicanos haviam exportado em

2011. Além deste ponto, a revisão também consistiu em aumentar 30 pontos percentuais no Imposto sobre Produto Industrializado (IPI) para produtos vindos deste setor, e que foram produzidos fora do Mercosul. Vale citar, que o déficit sofrido pelo Brasil, se deve à valorização do real, frente à moeda mexicana, fazendo com que os brasileiros preferissem a produção mexicana, para uma posterior exportação ao país. (ANÁLISE BRASIL GLOBAL, 2011/ 2012/ 2013)

Este comércio, ainda que seja o maior no que se refere à relação Brasil-México, todavia representa números muito pequenos, comparados com o comércio total do setor automotivo, e o comércio deste setor com outros países. Justificando essa informação, seguem os dados: no que tange ao comércio de veículos e peças dentro do Brasil, suas exportações somam cerca de US\$ MI 17.848 (2012), ainda dentro deste número, 42% destas exportações são provenientes do comércio Brasil-Argentina, e apenas 7% deste total corresponde ao comércio Brasil-México, apesar de o mercado mexicano se posicionar em 2º lugar dentre os clientes brasileiros.

Ou seja, apesar de ser o maior comércio no que se refere à relação bilateral Brasil-México, ainda corresponde de forma muito pequena no total das exportações brasileiras, comparado com os números referentes ao comércio neste mesmo setor com a Argentina. O que nos mostra que não gera uma grande dependência do Brasil no que se refere ao comércio de automóveis com o México. Além do que, nos confirma a afirmação de que sua relação bilateral é escassa, comparada as outras economias que possuem preferências dentro de seus mercados, como no caso do Brasil, que possui maior relação com os membros do Mercosul, como por exemplo a Argentina, citada no caso acima. E o México, por sua vez dá preferência aos países da América do Norte, como já citado anteriormente.

Por fim, com estes dados é possível concluir que quando se trata de relação comercial Brasil-México, o setor automotivo é o maior e mais importante. Desta forma para uma relação mais intensa entre estes Estados, é preciso reconhecer a importância deste setor para esta relação bilateral e as dimensões que este acordo tem tomado, para que desta forma, quando se busque a intensificação desta relação, tome-se em conta especificamente este

tratado, que tem sido considerado por ambos os governos, um acordo bem sucedido.

Considerações finais

É possível notar que ambos os países possuem relativa capacidade econômica frente ao mercado internacional, por isso são vistas como potências regionais. Além de se encontrarem como as principais potências emergentes da América Latina. O que faz do Brasil um grande representante da América do Sul em fóruns internacionais e em organizações internacionais, frente ao cenário internacional. Tornando o Estado brasileiro o principal “global player” desta região. E o México, que tem se destacado cada vez mais, como um mercado emergente influente em várias regiões, não só da América, como da Europa e mais recentemente de regiões asiáticas, por grandes TLC e relações bilaterais.

A respeito de sua relação bilateral, esta não tem se concretizado, muitas vezes pela falta de interesse de ambas as partes, fazendo com que estes Estados deem preferência para outras relações bilaterais e multilaterais. Além de ambos os governos buscarem uma inserção regional, no caso do México valorizando o livre comércio como principal fator para o crescimento econômico, e o Brasil, principalmente no governo Lula, se empenha numa maior inserção internacional (cooperação Sul-Sul) por meio de suas ações sociais e não apenas comerciais. Isso se dá essencialmente pelas trajetórias distintas optadas por estes países.

Desta forma possuem preferências regionais distintas, o Brasil por vizinhos regionais imediatos, buscando uma comunidade com interesses semelhantes no que tange aos assuntos comerciais, econômicos, políticos e sociais. E o México com uma maior inserção em fóruns multilaterais e buscando a promoção de valores universais, além de uma maior abertura comercial, compreendendo a América do Norte como sua principal comunidade econômica.

Ainda assim, diante da escassa relação bilateral, estes países tem se aproximado lentamente por meio do âmbito político e econômico, dividindo

opiniões semelhantes em fóruns internacionais relevantes e tendo um crescimento cada vez mais expressivo em seu comércio bilateral. Isso nos confirma que existe uma relação bilateral entre os dois países, e que apesar do crescimento que houve nesta relação nos últimos dez anos, ainda possui um enorme potencial a ser explorado, quando comparada com seus principais parceiros comerciais, dentro da zona de influência de cada um deles.

A tendência para os próximos anos, é que essa relação se intensifique cada vez mais - ainda que não obtenha grande repercussão no cenário internacional -, com um maior número de acordos e de comércio, embora continue não tomando proporções de uma parceria estratégica, dentre as preferências destes países. E para que estes tenham uma relação intensa de fato, será preciso que os próximos governos deem maior preferência à relação entre estes países, aumentando seu comércio bilateral em outros setores de interesse comum, além do automotivo, de forma que em longo prazo suas economias e suas políticas sejam vistas como parceiras.

Referências Bibliográficas

ACOSTA, Virginia García; OLIVERA, Mercedes; OLIVEIRA, Luís Roberto Cardoso; RAMOR, Alcida Rita. **Diálogos México-Brasil**. Desacatos, núm. 39, mayo-agosto. Ciudad del México, México. 2012.

ANÁLISE BRASIL GLOBAL. **Anuário 2013**. São Paulo. Análise Editorial. 2013. Em <http://www.analise.com/index.php/site/publicacoes/exibe/1/analise-brasil-global> Acesso em: 29 jun. 2014.

ANÁLISE BRASIL GLOBAL. **Anuário 2012**. São Paulo. Análise Editorial. 2013. Em <http://www.analise.com/index.php/site/publicacoes/exibe/1/analise-brasil-global> Acesso em: 29 jun. 2014.

ANÁLISE BRASIL GLOBAL. **Anuário 2011**. São Paulo. Análise Editorial. 2013. Em <http://www.analise.com/index.php/site/publicacoes/exibe/1/analise-brasil-global> Acesso em: 29 jun. 2014.

ANYUL, Martín Puchet; ARAÚJO, Leandro Rocha; DUTRÉNIT, Gabriela; SANZ-MENENDEZ, Luis; TEUBAL, Morris; CELLI JR., Umberto; MERCADANTE, Araminta de Azevedo. **Blocos econômicos e integração na América Latina**. 1ª edição, 2007, Curitiba: Juruá, 2011.

ARBIX, Glauco. **Brasil, México, África do Sul, Índia e China: diálogo entre os que chegaram depois**. São Paulo: Editora UNESP: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

ÁVILA, Carlos Federido Domínguez. **El jaguay y el águila: un estudio de las relaciones bilaterales brasileño-mexicanas en los primeros años del siglo XXI**. Revista de Relaciones Internacionales de la UNAM. núm. 103. Ciudad de México. Ed. UNAM. 2009.

BARRETO, Fernando de Mello. **A política externa após a redemocratização**. Brasília: FUNAG, 2012 .

BATISTA, Jorge Chami. **Relações comerciais entre o Brasil e o México**. Brasília: fevereiro. IPEA. 2000.

CEPALUNI, Gabriel; VIGEVANNI Tullo. **A política externa de Lula da Silva: a estratégia da economia pela diversificação**. Contexto internacional. Rio de Janeiro, vol. 29, no 2, julho/dezembro. 2007.

CRUZ, María Gabriela Gildo; MILANI, Carlos R. S. **A política mundial contemporânea: atores e agendas na perspectiva do Brasil e do México**. Salvador: EDUFBA, 2010.

DÚRAN, Clemente Ruiz. Brasil – México: trayectorias estructurales diferenciadas. Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas. Cidade do México, México. Ed. Universidad Nacional Autónoma de p. 54-81. Volume 6, N°2/2012

DUROSELLE, Jean-Baptiste; RENOUVIN, Pierre. **Introduction à l'histoire des relations intenacionales**. Paris. A. Colin. 1964.

FAUSTO, Sérgio; HERNANDEZ, José Traslosheros. DEBATES GACINT. **Grupo de Análise da Conjuntura Internacional – Instituto de**

Relações Internacionais. Informativo nº13. São Paulo. EDUSP 2012. Disponível em: <http://www.iri.usp.br/documentos/DebatesGacint11.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2014.

FLORES, Fidel Irving Pérez. **Ideologia e política externa do Brasil e do México frente às opções de integração regional (1990-2006).** Rio de Janeiro, UFRJ/IFCS, 2007.

FONDEVILA, Gustavo Javier. **Educação e pobreza na América Latina.** Cadernos Adenauer VII (2006), nº2. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, Junho 2006.

FRANCHINI, Matías. **A inserção das potências climáticas latino-americanas na governança global de clima. Um estudo comparado: Argentina, Brasil, México e Venezuela.** In: 4º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais, 2013, Belo Horizonte - MG. 4º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais, 2013.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Entrevista com Samuel Pinheiro Guimarães.** Edição Nº3, V.1, julho. RARI, Florianópolis. Ed. UFSC. 2013.

HOFMEISTER, Wilhelm. **Liderazgo político en América Latina: "Dadme un balcón y el país es mío".** Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung, 2002.

HOFMEISTER, Wilhelm; ROJAS, Francisco; SOLÍS, Luis Guillermo. **La percepción de Brasil en el contexto internacional: perspectivas y desafíos,** tomo 2: África, Asia y Europa. Rio de Janeiro: Konrad-adenauer-stiftung, 2007.

RICUPERO, Rubens. **A política externa do governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010).** Novos estudos nº 87. Julho, São Paulo. CEBRAP. 2010.

RIOS, Sandra. **Relações comerciais entre o Brasil e o México: oportunidades para a expansão das exportações brasileiras.** Sandra Rios, Edson Velloso. Brasília: Confederação Nacional da Indústria (CNI), dezembro de 2004.

ROCHA V., Alberto. **México y Brasil en el proceso de integración regional de América Latina y el Caribe: ¿Rol de los subhegemones?.** Liminar. Estudios Sociales y Humanísticos, Vol. I, Núm. 1, junio-sin mes, 2003, pp. 26-44. Tuxtla Gutiérrez, México. Universidad de Ciencias y Artes de Chiapas.

ROS, Jaime. **La política del desarrollo mexicano de Roger D. Hansen.** Cuadernos Políticos, número 1, Ciudad do México. Editorial Era, Julio-Septiembre de 1974, p. 80-82.

ROSAS, Maria Cristina. **México y Brasil: ¿Buenos enemigos o amigos mortales?.** Rev. Mosaico, v.1, n.1, p.87-105, jan./jun., 2008.

VELLOSO, João Paulo dos Reis. **A crise global e o novo papel mundial dos BRICS.** Rio de Janeiro .José Olympio, 2009.

SARAIVA, Miriam Gomes; VALENÇA, Marcelo M. **A política externa brasileira e sua projeção internacional: um projeto caracterizado pela continuidade.** Rio de Janeiro . Centro Brasileiro de Relações Internacionais. Ano VII, V.1, 2012. Disponível em: http://www.cebri.org/midia/documentos/a_politica_externa_brasileira_final.pdf
Acesso em: 29 jun. 2014.

SPEKTOR, Matias. **O Regionalismo do Brasil.** In: Bernardo Sorj; Sergio Fausto. (Org.). Brasil e América do Sul: Olhares Cruzados. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Socais, 2011, p.141-172.

Sites consultados

<http://www.fiesp.com.br/sobre-a-fiesp/departamentos/relacoes-internacionais-e-comercio-exterior/> Acesso em: 08 jun. 2014;

<http://www.desenvolvimento.gov.br/>; Acesso em: 08 jun. 2014;

<http://dai-mre.serpro.gov.br/> Acesso em: 08 jun. 2014;

<http://www.mre.gov.br> Acesso em: 08 jun. 2014;

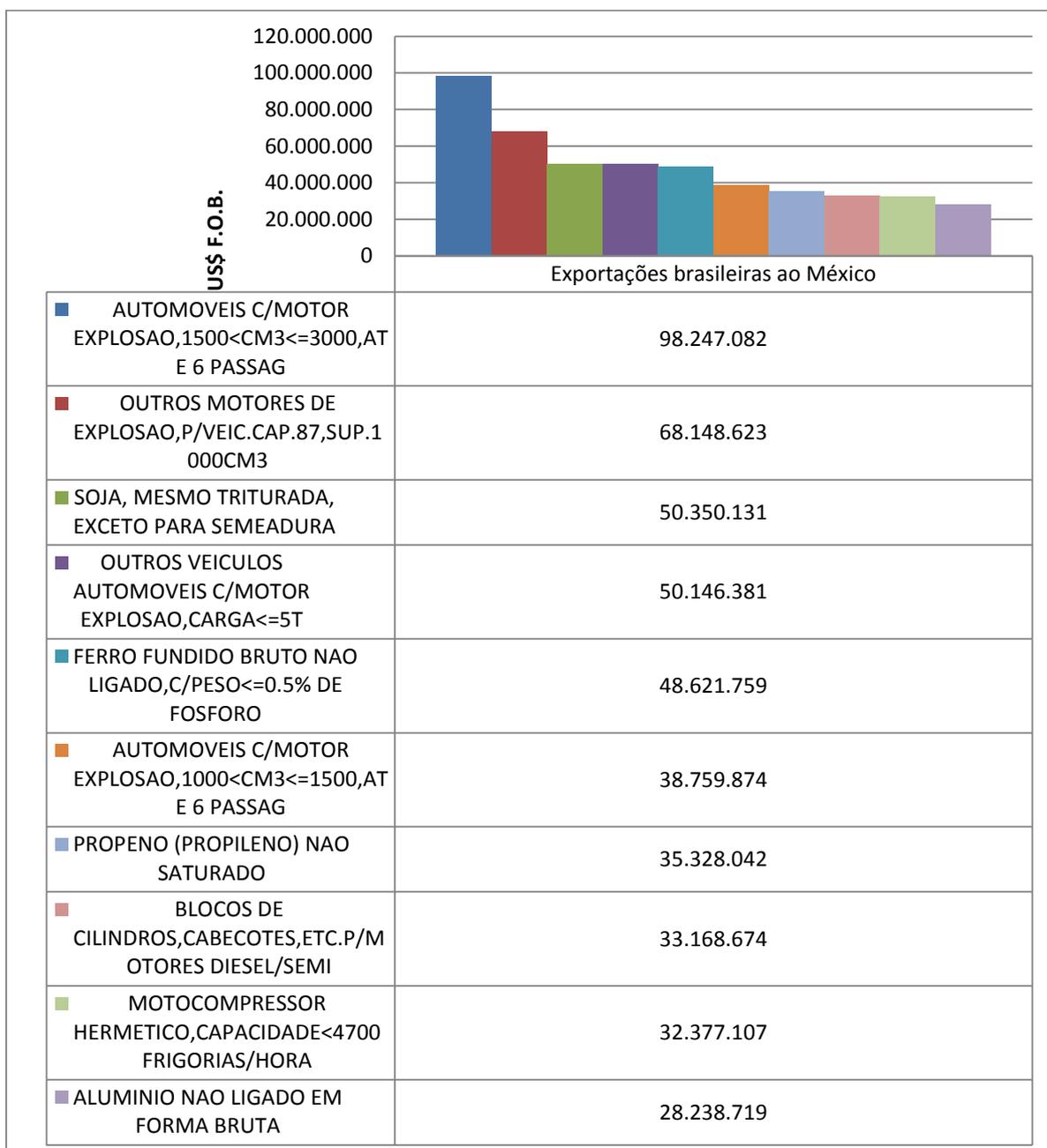
<http://data.worldbank.org/indicator/SP.POP.TOTL> Acesso em: 25 jun. 2014.

Anexo

Anexo 1. Principais produtos mexicanos importados pelo Brasil em 2013 (Jan/Abr)



**Anexo 2. Principais produtos brasileiros exportados ao México em 2013
(Jan/Abr)**



Fonte: SECEX (2014);

